

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.317.678 - SC (2018/0158287-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : COOPERATIVA DE CREDITO VALE DO ITAJAI VIACREDI  
**ADVOGADOS** : ANTONIO BONIFACIO SCHMITT FILHO - SC011493  
ADEMIR CRISTOFOLINI E OUTRO(S) - SC013195  
**AGRAVADO** : S L K  
**AGRAVADO** : S L K  
**ADVOGADO** : ALEXANDRE BRESLER CUNHA - SC008384  
**INTERES.** : A K  
**INTERES.** : A C

**DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão que inadmitiu recurso especial, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão, assim ementado:

*APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS DE TERCEIRO OPOSTOS POR SOCIEDADE COOPERATIVA EM FACE DE DECISÃO QUE, EM EXECUÇÃO DE ALIMENTOS, DETERMINOU A PENHORA DAS QUOTAS DE CAPITAL SOCIAL QUE O DEVEDOR INTEGRALIZOU PERANTE A EMBARGANTE. ALEGADA IMPENHORABILIDADE DOS ALUDIDOS VALORES. INSUBSISTÊNCIA. SOCIEDADE COOPERATIVA QUE SE REGE, SUBSIDIARIAMENTE, PELAS NORMAS DA SOCIEDADE SIMPLES. PLENA PENHORABILIDADE DAS QUOTAS QUE CABEM AO SÓCIO COOPERADO (ART. 1.026, CAPUT E PARÁGRAFO ÚNICO, DO CC), DESDE QUE RESPEITADAS AS PARTICULARIDADES ATINENTES À SOCIEDADE COOPERATIVA. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO À AFFECTIO SOCIETATIS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA EM EMBARGOS DE TERCEIRO. CABIMENTO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.*

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente alega violação do art. 24, § 4º, da Lei n. 5.764/71 (Lei n. 13.095/2015). Sustenta, em síntese, que as "*quotas de capital social do devedor não poderiam ter sido penhoradas*". Afirma, ademais, "*enquanto permanecer o vínculo associativo da cooperativa, essas quotas-partes ficam indisponíveis*".

Sem contrarrazões.

Ouvido o Ministério Público Federal, opinou pelo não provimento do agravo em recurso especial.

Inadmitido o recurso na origem foi interposto o presente agravo.

É o relatório. Passo a decidir.

Cumpra salientar que o recurso foi interposto já na vigência do CPC/2015, de maneira que incide, na espécie, o Enunciado 3 do Plenário do STJ: "*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*"

O Tribunal de origem decidiu a controvérsia nos seguintes termos:

*Trata-se de embargos de terceiro opostos por cooperativa de crédito em face das credoras de ação de execução de alimentos, após a determinação de penhora, pelo Juízo da execução, das quotas de capital social que o devedor ostenta junto à embargante. Conquanto desenvolvida em extensas laudas, a tese defensiva exposta pela embargante é singela: argumenta ela que as quotas de capital social do devedor não poderiam ter sido penhoradas, por conta de hipóteses que, em seu sentir, ferem os princípios e disposições atinentes às sociedades empresárias, em geral, e às cooperativas, em particular.*

*É de rigor constatar, de início, que a embargante não nega que o cooperado efetivamente integralizou quotas sobre o capital social - o que tornaria inócuo o ato de constrição judicial nem assevera que o número de associados é mínimo e que, portanto, a eventual exclusão do sócio devedor poderia importar na dissolução de pleno direito da sociedade cooperativa (art. 63, inc. V, da Lei n. 5.764/71). Dessarte, esses não são riscos que a constrição judicial desses ativos possam ocasionar, e não funcionam como óbice à excussão das quotas.*

*[...]*

*A bem da verdade, os únicos óbices apontados para a dita excussão são: (a) a vedação de transferência a terceiros estranhos à cooperativa, porque a expropriação das quotas significaria a transferência da posição do devedor a outrem, por adjudicação, com a conseguinte violação ao primado de affectio societatis; (b) a nova redação do art. 24, § 4.º, da Lei n. 5.764/71 disciplina que as quotas, uma vez integralizado o capital, são de titularidade da cooperativa, e só se tornam exigíveis pelo cooperado quando de seu desligamento por demissão, exclusão ou eliminação; (c) os critérios taxativos para a exclusão do cooperado (demissão a pedido, eliminação por infração legal ou estatutária, ou exclusão por morte ou incapacidade civil); e (d) as dificuldades que o depósito de valores representativos do capital integralizado pelas quotas do cooperado pode representar em relação à saúde financeira da cooperativa.*

*O item "a", todavia, foi expressamente endereçado e, de certa*

*forma, acolhido pela sentença recorrida, que ressaltou que não haverá transferência das quotas penhoradas a terceiros estranhos à sociedade cooperativa:*

*"De fato, sabe-se que é característico da sociedade cooperativa a impossibilidade de transmissão e cessão das cotas partes a terceiros (por disposição expressa dos arts. 1.094, IV, do Código Civil e 4º, IV, da Lei n. 5.764/71, como também no art. 16 do Estatuto da embargante p. 55), sendo que a inobservância destas regras restritivas poderá implicar em indevida violação da affectio societatis (tendo em vista, justamente, a natureza da referida sociedade). Entretanto, deve-se atentar que intransmissibilidade e incessibilidade não se confundem com impenhorabilidade, pois enquanto aquelas correspondem à vedação à transferência ou sucessão da posse, esta última impossibilita tão só a constrição de um determinado bem ou direito.*

*"Ademais, sequer a inclusão do § 4º ao artigo 24 da Lei n. 5.764/71, pela Lei n. 13.097/2015, tem o condão de impedir a constrição do cota de respectivo cooperado, não apenas pelo fundamentos acima transcritos, mas também porque tal regra deverá ser interpretada em relação à cooperativa e seus cooperados, sem afetar terceiros credores, notadamente porque não trata da impenhorabilidade de tal direito/crédito titularizado pelo cooperado.*

***"A penhora, portanto, é plenamente cabível.***

*"Não obstante a isso, devem ser observadas as particularidades da referida modalidade societária para a constrição e ulterior alienação das cotas sociais, o que significa, por conseguinte, oportunizar à terceira interessada, no momento da alienação, os preceitos descritos nos artigos 826 e 876, parágrafos 5º e 7º, do NCPC. Noutras palavras, a regularidade da constrição pressupõe a oportunidade de remição da execução ou do bem, como também de exercício do direito de preferência, seja à própria cooperativa ou aos cooperados, a fim de proporcionar a satisfação do crédito em conformidade com as hipóteses de restrições dessa espécie de sociedade, sem, com isso, violar a personalidade característica que reúne os cooperados entre si" (fl. 177).*

Como se vê dos excertos acima transcritos, o acórdão recorrido decidiu em consonância com a jurisprudência desta Corte, no sentido de que é possível a penhora uma vez integralizado o capital social, pois o devedor deve responder por suas dívidas com todos os seus bens, presentes e futuros. Assim, a penhora deve ser aplicada em

consonância com os princípios próprios da sociedade cooperativa.

Nesse sentido:

*PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. PUBLICAÇÃO. NOME DE ADVOGADO DIVERSO DO CONSTITUÍDO. RESTITUIÇÃO DO PRAZO. AMPLA DEFESA PRESERVADA. NULIDADE. INEXISTENTE. IMPENHORABILIDADE SALARIAL. PRESERVAÇÃO. AUSÊNCIA DE CIRCUNSTÂNCIAS EXCEPCIONAIS. PENHORA DE COTAS DE COOPERATIVA. VIABILIDADE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS.*

1. *Execução ajuizada em 1997, da qual se extraiu o presente recurso especial, interposto em 30/08/2016 e concluso ao gabinete em 29/03/2017. Julgamento: CPC/15.*

2. *O propósito recursal é decidir sobre: i) a existência de nulidade processual decorrente de intimação em nome de advogado diverso do constituído pela parte; ii) a validade de penhora, no percentual de 30%, da renda mensal líquida da parte-executada; iii) a possibilidade de penhora de cotas de sociedade cooperativa da qual a parte-executada é cooperativa.*

3. *No tratamento das nulidades processuais, a jurisprudência do STJ é firme no sentido de ser imprescindível a demonstração de efetivo prejuízo às partes. Assim, a restituição de prazo recursal permitiu o efetivo exercício da ampla defesa, afastando o prejuízo alegado pela parte.*

4. *A orientação desta Corte, ao permitir a aplicação mitigada da impenhorabilidade salarial, está muito bem delimitada para situações excepcionais em que efetivamente resta preservada a dignidade do devedor, no seu núcleo essencial. Não se pode tornar em regra geral e abstrata um tratamento excepcional direcionado a circunstâncias individuais e concretas detectadas caso a caso. Precedentes.*

5. ***É possível a penhora de cotas pertencentes a sócio de cooperativa, por dívida particular deste, pois responde o devedor, para o cumprimento de suas obrigações, com todos seus bens presentes e futuros (art. 591, CPC/73). Precedente da Terceira Turma.***

6. *Não haverá honorários de sucumbência recursal quando nas outras instâncias não houve a fixação em desfavor do recorrente. Isso porque o texto da lei prevê, expressamente, que somente serão majorados os "honorários fixados anteriormente", de modo que, não havendo arbitramento de honorários pelas instâncias ordinárias, não incidirá a regra do § 11 do art. 85 do CPC/15.*

7. *Recurso especial conhecido e parcialmente provido.*  
(REsp 1661990/MS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/08/2017, DJe 22/08/2017)

*PROCESSUAL CIVIL E DIREITO SOCIETÁRIO. RECURSO ESPECIAL. PENHORA DE COTAS DE SOCIEDADE COOPERATIVA EM FAVOR DE TERCEIRO ESTRANHO AO QUADRO SOCIETÁRIO. POSSIBILIDADE.*

*1. A penhora de cotas sociais, em geral, não é vedada por lei, ex vi da exegese dos arts. 591, 649, I, 655, X, e 685-A, § 4º, do CPC. Precedentes.*

*2. É possível a penhora de cotas pertencentes a sócio de cooperativa, por dívida particular deste, pois responde o devedor, para o cumprimento de suas obrigações, com todos seus bens presentes e futuros (art. 591, CPC).*

*3. O óbice de transferência a terceiros imposto pelo art. 1.094, inc. IV, do CC/02 e pelo art. 4º, inc. IV, da Lei nº 5.764/71 não impede a penhora pretendida, devendo os efeitos desta serem aplicados em consonância com os princípios societários e características próprias da cooperativa.*

*4. Dada a restrição de ingresso do credor como sócio e em respeito à afecctio societatis, deve-se facultar à sociedade cooperativa, na qualidade de terceira interessada, remir a execução (art. 651, CPC), remir o bem (art. 685-A, § 2º, CPC) ou concedê-la e aos demais sócios a preferência na aquisição das cotas (art. 685-A, § 4º, CPC), a tanto por tanto, assegurando-se ao credor, não ocorrendo solução satisfatória, o direito de requerer a dissolução parcial da sociedade, com a exclusão do sócio e consequente liquidação da respectiva cota.*

*5. Em respeito ao art. 1.094, inc. I e II, do CC/02, deve-se avaliar eventual dispensa de integralização de capital, a fim de garantir a liquidez da penhora e, ainda, a persistência do número mínimo de sócios na hipótese de exclusão do sócio-devedor, em quantitativo suficiente à composição da administração da sociedade.*

*6. Recurso improvido.*

*(REsp 1278715/PR, Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, Data do Julgamento, 11/06/2013, DJe 18/06/2013)*

Incide, portanto, o óbice da Súmula 83/STJ.

Diante do exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Com supedâneo no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários advocatícios devidos à recorrida de R\$ 200,00 (duzentos reais) para R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais).

Publique-se.

Brasília-DF, 06 de fevereiro de 2019.

Ministro **RAUL ARAÚJO**

Relator

